

## Introdução

O objetivo principal desta dissertação é desenvolver um conjunto de modelos capazes de prever o número de ajuizamentos de processos judiciais em empresas distribuidoras de energia elétrica.

Ações judiciais movidas contra uma determinada empresa denigrem a sua imagem e impactam financeiramente no provisionamento de futuras sucumbências que possam ser sofridas; além de afetar diretamente no resultado financeiro dos acionistas. Em face disso, faz-se necessário entender a origem das demandas jurídicas às quais a empresa é submetida para, desta forma, tratá-las e reduzi-las.

A metodologia e o sistema de previsão de entradas de processos jurídicos, que serão desenvolvidos nessa dissertação, permitirão avaliar de forma mais precisa os fatos geradores destes processos e o comportamento futuro das demandas jurídicas as quais a empresa está sujeita.

Vale ressaltar que, após vasta pesquisa bibliográfica, não foi encontrado na literatura nenhum estudo capaz de atender aos objetivos propostos por esta dissertação.

A relevância deste tema deve-se, notadamente, a dois fatos:

- Um dos principais ativos de uma empresa é a sua imagem, portanto, mapear as características dos possíveis processos jurídicos contra a mesma, é fundamental para conhecê-los e evitar a reincidência, fortalecendo assim a imagem da companhia perante o mercado.
- O excesso de provisionamento financeiro feito pela empresa para honrar possíveis derrotas nos processos jurídicos onera fortemente o caixa empresarial, fazendo com que a mesma deixe de investir em sua atividade fim. Este excesso de provisionamento é ainda mais preocupante nas companhias de capital aberto, que estão sujeitas à regulação/fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), posto que esta exige sempre uma postura

conservadora das empresas do tipo sociedade anônima, tendo em vista a proteção dos acionistas.

Portanto, na ausência de argumentos estatísticos que fundamentem um menor valor de provisionamento da conta contingências judiciais, a CVM exige que este valor seja o maior possível, baseando-se apenas nos processos abertos contra a empresa.

Ainda referente a este segundo argumento, pode-se considerar o efeito de uma eventual redução do provisionamento em um impacto de cunho social.

O caráter peculiar da regulamentação das empresas distribuidoras de energia elétrica, no qual se destaca o processo de composição do valor da tarifa de energia paga pela população, o qual está diretamente vinculado às contas dessas empresas. Ou seja, uma redução na conta provisionamento implica, no médio prazo, uma redução no valor das tarifas pagas pelos consumidores.

Neste trabalho será apresentado também, um estudo de caso, com intuito de sugerir uma metodologia, para a avaliação de viabilidade econômica de medidas executadas pela companhia, responsáveis por promover processos judiciais em desfavor da mesma. Este estudo objetivará a indicação para a empresa, sobre estimular ou não, ações executadas para ampliação da receita financeira, que por sua vez acarretam em enormes despesas jurídicas, tais como negativar crédito de clientes junto a órgãos como SPC e Serasa, regularizar clientes que furtam energia, etc.

Este estudo foi estruturado em cinco capítulos: o capítulo dois traz uma apresentação teórica dos modelos utilizados neste trabalho. O capítulo três apresenta uma análise dos dados utilizados e propõe os modelos de previsão e avalia o resultado de ajustamento destes modelos. O capítulo quatro apresenta o estudo de caso com a utilização da ferramenta financeira valor presente líquido (VPL), aplicada sob uma determinada medida executada por uma companhia do setor elétrico. Por fim, são apresentadas as conclusões a partir dos dados analisados e dos modelos ajustados.